

*Discurso na cerimônia de outorga do
“Prêmio Comunicação”, da Associação
Brasileira de Propaganda (ABP)*

RIO DE JANEIRO, RJ, 12 DE ABRIL DE 2002

Minha querida Governadora Benedita da Silva, é com satisfação que a vejo pela segunda vez nessas breves 48 horas em que está assumindo o Governo. Vou me referir a ela, porque a Governadora começa inovando, e ao primeiro consorte, o Antônio Pitanga, que está presente também; aos senhores, que fazem parte desta Mesa, muito especialmente ao nosso querido amigo Armando Strozenberg, que preside a ABP; aos homenageados que me antecederam, e a todos aqui presentes,

É claro que é com muito prazer – é gratificante para um Presidente – que recebo esta homenagem de profissionais de empresas da área de publicidade. E tem um significado muito especial, porque a comunicação, em particular, a comunicação pública, é um tema, como já foi aqui referido, indissociável do próprio funcionamento da vida política em uma democracia.

Quem quer dar uma contribuição relevante à política tem que saber se comunicar. Na verdade, no meu caso, o desafio de ser capaz de me comunicar antecede a minha experiência política: vem da Universidade, do meu trabalho como professor e como pesquisador.

No caso especial da minha carreira, por razões às vezes voluntárias, às vezes não tanto, obrigado a dar aula em outros países e, portanto, a falar outras línguas, a comunicação passou a ser um desafio maior. Uma coisa é a gente se comunicar na própria língua; outra é fazê-lo na língua que se fala mas não se sente com a mesma naturalidade como a língua de nascimento, a língua que se aprendeu de criança e na família.

Isso obriga a um certo esforço, que leva, principalmente, a sermos mais diretos. É difícil utilizar as palavras que permitem a sofisticação, a sutileza, a nuance.

Então, fui obrigado, como professor pelo mundo afora, a ter de me comunicar usando, não digo poucas palavras, porque brasileiro fala muito, mesmo em outra língua, mas, de qualquer maneira, procurando usar palavras simples, porque eram as que eu sabia.

E sempre me chamou muita atenção o fato de que, quando entrei para a vida política, fui considerado uma pessoa de difícil comunicação pelos meus pares, que não sabia falar bem, não sabia me comunicar, que – meu Deus do céu! – professor em tal ou qual Universidade, algumas das quais o Armando teve, aqui, a gentileza de mencionar, não é capaz de falar com o povo. E houve, até, quem fizesse muita maldade a esse respeito, dizendo que eu falava com mais naturalidade certas línguas estrangeiras que o português.

Mas se esqueciam, os que criticavam assim, de duas coisas: primeiro, que também fui pesquisador e, como pesquisador, estudei, basicamente, no início da minha carreira, os negros do Brasil – a Benedita sabe disso –, questões antigas do movimento negro. Pesquisei os negros, as favelas, no Brasil: em São Paulo, no Rio Grande do Sul, especialmente, em Santa Catarina, no Paraná. E, quem faz pesquisa social lida com o ser humano: ou é capaz de se comunicar e entender o outro ou, então, não é capaz de fazer pesquisa alguma.

Então, na verdade, não era bem certo que, enfim, eu não fosse capaz de falar com pessoas com uma formação não-acadêmica. Por outro lado, esqueceram-se os críticos, também, disso que acabei de referir: que, por circunstâncias, pela minha própria pouca aptidão natural para

várias línguas, tendo de falá-las, acabei sendo obrigado a escolher as palavras mais simples.

Então, sempre valorizei muito a comunicação, porque sempre fui perseguido por essa história de que não era capaz de me comunicar. Acho que sou até hoje.

Evidentemente, hoje, tenho uma longa experiência, com muitos anos no Senado. Não tenho a loquacidade do meu Líder no Senado, Artur da Távola. Mas, de qualquer maneira, no momento de lutar contra o arbítrio, nas batalhas eleitorais, no momento de mobilizar a sociedade, nesse esforço que fizemos – e muitos aqui presentes fizemos – pela consolidação democrática e pelo desenvolvimento e defesa da cidadania, tivemos que travar lutas essencialmente por meio da palavra – oral e escrita –, que é o instrumento primário da comunicação. A imagem também é muito importante. Hoje, falar de palavra escrita ou oral sem falar da imagem não se completa, porque, na verdade, é um conjunto muito mais completo.

Quem conhece a história mais recente do Brasil se recordará, certamente, de vários momentos marcantes que evidenciam o papel central da comunicação como elemento essencial na política. Por exemplo, o caso do Plano Real. As medidas de política econômica que se prepararam, no Plano Real, como a famosa URV – imagino que vocês aqui ainda se lembrem do que é URV, e já se vão 8 anos –, tiveram como um dos aspectos centrais dessa preparação para o Plano Real uma comunicação entre o Governo e a sociedade. Não era fácil explicar ao País o que era a Unidade Real de Valor. Não era fácil. Era algo muito complexo.

Estávamos, na verdade, nos debatendo, naquela época, contra uma outra idéia, que eram os famosos pacotes econômicos. E a idéia qual era? Era de que, de repente, se acordava com um pacote novo, e lia-se no jornal uma série de medidas que mudavam a vida cotidiana das pessoas. E o tempo todo era um diálogo com a mídia, *lato sensu*, que sempre dizia: “E quando é que vem o pacote? E o pacote? E não-sei-o-que-lá?” Era pacote. Eu não agüentava mais ouvir falar de pacote. E nós, tentávamos, justamente, quebrar a idéia de pacote. É claro que é do papel

mesmo da mídia perguntar mais para saber se vem um pacote ou não vem um pacote. E não havia pacote nenhum.

A idéia era exatamente o oposto a um pacote, ou seja, era a idéia de que tínhamos que, em vez de explicar ou comunicar de repente o que havia sido elaborado, secretamente, em reuniões de gabinetes e, de repente, soltar, diante da surpresa de todos, medidas, às vezes, até de muito difícil compreensão, tínhamos que fazer o oposto. Tínhamos que explicar como funcionaria esse mecanismo novo. E tínhamos, na verdade, com a experiência do Real, que passar uma esponja em anos e anos e anos de uma tecnocracia que fazia pacotes e de governos autoritários que impunham esses pacotes. Havia que criar, se posso dizer assim, uma pedagogia nova no relacionamento entre o Governo e a sociedade, que estivesse baseada em uma espécie de esclarecimento continuado do que se desejava fazer – uma espécie de mudança da água para o vinho.

Vejam o caso da URV: era algo extremamente complexo, porque era um mecanismo de sincronização das expectativas inflacionárias por meio de uma referência única de valor para transações econômicas; e, assim, com isso, criava-se o germe de uma moeda futura.

Tudo isso é fácil de falar. Mas fazer é muito difícil. Como vou dizer ao povo isso que acabei de dizer? Não dá. Tem-se que dar exemplos mais práticos e tem que se ter a capacidade de, o tempo todo, estar repetindo aquilo que se está querendo fazer.

Aqui permitam que eu agregue uma experiência pessoal. Nessa época, eu era Ministro da Fazenda. Tínhamos lançado a URV e havia que explicá-la com mais detalhes a uma população que tinha, talvez, menos informações até mesmo que a média brasileira. E, aí, fui falar com um comunicador brasileiro muito importante chamado Silvio Santos. Ele tinha um estúdio, nessa época ainda muito modesto, lá em São Paulo, perto, ali, do rio Tietê – o rio inundava, às vezes, aquela zona. Ele tinha um camarim extremamente pobre e incômodo. E me sentei lá com ele. Ele me perguntava, infinitas vezes, o que era aquilo da URV. Eu digo: será que ele não vai entender? Bom, quem não estava entendendo era eu. Ele estava entendendo tudo e queria, realmente, pegar a essência

mais simples das coisas. Olhava como se fosse um Platão daqui do Brasil. “Ah, por quê? Qual é a essência? Vamos lá.” Falei, falei. Ele repetia e perguntava. Aí, saímos juntos e fomos para o auditório. Essa é uma experiência interessante. Bom, ele deu um *show* de comunicação: explicou de maneira admirável o que eu tinha tentado explicar a ele e achava que ele não havia entendido. Ele entendeu tudo. Mas, muito mais importante do que entender tudo, ele transmitiu de uma maneira que o auditório dele – não vou nem dar os detalhes do que ele me disse sobre a idade mental do auditório – entendeu tudo.

Mas isso fazia parte da comunicação de governo. Quer dizer, o Ministro da Fazenda foi lá, ao auditório do Sílvio Santos, para ajudar a ver se era possível comunicar o que queríamos fazer. É um esforço efetivo de didática nova e explicação de alguma coisa que foi, realmente, bastante complexa. Não vou entrar nesses detalhes. Aqui há alguns economistas. Tenho medo que me pélo de economista: quando discutíamos o que iríamos fazer, naquela época, para controlar a inflação, se eles queriam realmente me massacrar, escreviam uma fórmula muito complexa no quadro-negro – na expectativa de que eu não entendesse nada: expectativa correta –, com toda a sofisticação, com muitos cuidados para que as coisas fossem feitas de forma apropriada. Mas faltava, depois, que o povo entendesse.

O povo entendeu. E, com aquilo, estávamos golpeando um vício antigo, que era a indexação. A indexação estava no coração das pessoas. Todo mundo queria o “aumenta o salário, aumenta o preço”. Aumentou a gasolina, aumentou também o custo do sapato, aumentou o colégio, aumentou...” Era tudo indexado. Nós estávamos quebrando isso e fazendo uma espécie de hiperinflação experimental e controlada. Muito complicado. Só funcionou, na verdade, porque temos um povo que entendeu. E um povo *lato sensu*: tinha que explicar isso tudo para empresas, para consumidores, para contribuintes, para burocratas, para as autoridades públicas, e assim por diante.

Bom, o plano foi explicado com clareza, para que cada um entendesse. A verdade é que a sociedade entendeu e apoiou o plano de estabilização. Os que, naquele momento, não entenderam e acharam que não ia

dar certo e se puseram contra ficaram isolados, porque a população entendeu mais depressa do que muitos técnicos, que não haviam entendido – alguns deles de altíssimo nível, pessoas que respeito, mas que se pronunciaram contra, na hora, porque não tinham, eles próprios, entendido, ou melhor, não tinham, talvez, confiado, como nós confiamos, que o povo fosse capaz de entender e que o povo, naquele momento, queria uma mudança, queria uma referência estável e estava cansado, portanto, da inflação.

Pois bem, houve, em todo o processo, um cronograma. Anunciamos o que íamos fazer. Anunciamos com antecipação. Dissemos, mais tarde, quando a moeda ia ser mudada. Foi feita aquela operação de mudança de moeda. Tudo isso com certa espetaculosidade, mas à luz do dia, sem sobressaltos, sem quebra de contratos, sem magias e mostrando que a democracia permite que se faça isso, que se realizem tarefas difíceis de uma maneira mais direta, com a compreensão da população.

Ora, na verdade, eu também posso dizer que um povo que entendeu a URV não tem limites, vai entender tudo. Porque era muito difícil, naquela época, entender a URV. E o povo entendeu.

Desde que exista essa capacidade de explicar, que é o que vocês fazem, que é o que os comunicadores fazem, que é o que as pessoas de publicidade fazem, que é o que os jornalistas fazem e que é o que os políticos fazem ou devem fazer, havendo isso, a população avança e entende.

Não quero cansá-los, até porque, embora não tivessem me dado o limite de cinco minutos, entendo que estamos com fome. Mas, de qualquer maneira, ainda mais recentemente se pôde mostrar que houve alguma coisa também muito significativa que aconteceu aqui, no Brasil; foi difícil, com conseqüências que podiam ter sido dramáticas, e que foi submetida ao mesmo tipo de tratamento, que foi a crise de energia.

A crise de energia, na verdade, foi a superação da crise de energia. Outro dia, chamei o Ministro Pedro Parente de Ministro da Iluminação, porque não houve “apagão”. Mas, para não haver “apagão”, muitas medidas foram tomadas. E o povo, que não sabia o que era quilowatt/hora, megawatt/hora, passou a se interessar pelo quilowatt para saber o

que acontecia. Nível de reserva, complexidade do sistema, tudo isso foi sendo, pouco a pouco, absorvido pela população. A população entendeu do que se tratava. Era preciso fazer um esforço coletivo. Não era só dizer: “Ah, o Governo é que tem que fazer.” Não, não. Nós temos que fazer. Embora o Governo possa ter tido responsabilidade no processo, em vez de cobrar apenas a responsabilidade, cobrou a saída. E, ao cobrar a saída e ser desenhada uma saída que era visível ou cujo caminho era sensível à população, ela apoiou.

Tenho ouvido vários grandes empresários multinacionais que me dizem: “Olha, aqui, no Brasil, a superação dessa crise não se compara com o que está acontecendo, por exemplo, na Califórnia.” Gente que tem investimentos lá e aqui. Estão confusos até hoje. Aqui, alguns podem estar confusos, quem sabe. Mas de qualquer maneira, a maioria percebeu que houve um caminho, apoiou esse caminho. E nós conseguimos superar algo que podia ter sido muito mais difícil do que foi.

Não superamos nos escondendo debaixo do tapete. Pelo contrário, convoquei logo uma comissão para fazer um “livro branco” sobre qual era a responsabilidade desse processo, onde estava o erro, que erros havia. Não vamos culpar a, b ou c. Nunca culpei. Assumi a culpa. Quando fui ver, eu disse: não sei. Porque não sabia. Mas quando soube, não: sou eu o culpado, é o Governo. Agora, vamos resolver. Dentro das possibilidades de decisões de governo, buscamos transparência.

Mas por que isso? É porque, realmente, acredito nos princípios fundamentais da democracia, como aqui já foi dito – e todos os que aqui falaram reiteraram a sua crença nesses princípios fundamentais. Acredito que os povos aprendem e avançam com a experiência. Talvez seja um resquício do Iluminismo do século XVIII, que tentaram liquidar no século XX, mas que não conseguem. Acho que existe, realmente, a razão e que, se as pessoas são capazes de ascender ao conhecimento, elas reagem de forma inteligente, de forma sensata e buscam os seus melhores caminhos.

Claro, em uma sociedade, há mais de um caminho, não há um caminho único. Mas é possível argumentar para discutir qual é o melhor caminho. E quem não for capaz de argumentar para mostrar qual é o

melhor caminho, em uma sociedade realmente aberta, não é capaz de ter o apoio da população.

E isso vale também para tudo. Vale para as eleições, como acabou de ser dito pelo representante da Talent que realmente haverá um debate muito sério em torno de valores fundamentais, como a ética e outros valores mais. E, certamente, ninguém vai aceitar mentira, ninguém vai aceitar soluções fáceis mas enganosas. É mais fácil dizer que o caminho é difícil mas tem uma saída e mostrar que, tendo aquele caminho difícil, se encontra a saída – e, aí, obter apoio – do que prometer e não ser específico para dizer de que maneira se vai conseguir aquela maravilha que se está prometendo.

Isso faz parte, portanto, da própria essência da democracia. A comunicação é o próprio exercício da democracia. Num certo sentido é, como aqui já foi dito, também, a construção da cidadania. Alguém fez uma comparação – foi o Armando – entre o consumidor e o cidadão. Na verdade é isso. O processo, numa sociedade aberta, é esse mesmo, de exercício da informação, da capacidade de expressar de forma direta. E do julgamento. E o julgamento é o que será feito a partir, portanto, do modo como as pessoas apreendem aquela mensagem que está sendo emitida.

Acredito que, portanto, há razões mais do que suficientes para mostrar que nós, embora, aqui, eu seja Presidente da República e outros homenageados sejam ligados à comunicação de uma forma mais direta, no fundo estamos no mesmo terreno, que é o terreno da comunicação, terreno que requer liberdade. Isso, realmente, é fundamental: requer liberdade. Sem liberdade, não existe possibilidade óbvia de democracia. Mas, tampouco, existe possibilidade do entendimento. Não há comunicação, não há, portanto, o entendimento. Pode haver a manipulação. E os instrumentos publicitários podem servir, sim, à manipulação. Mas aí, certamente, não servirão mais para aquilo que aqui foi dito: para o reforço da cidadania.

Como nós todos, aqui, queremos a mesma coisa – o reforço da democracia –, acreditamos, portanto, que é preciso que haja, efetivamente, liberdade. No fundo, a democracia é uma aposta na capacidade humana de resolver os problemas por meio do diálogo e da negociação.

Marx disse, uma vez, alguma coisa que lembra um pouco Freud no projeto de psicanálise: “O primeiro passo para começar a resolver os problemas humanos é falar sobre eles.” E isso é verdade. Quer dizer, no fundo, a democracia é um exercício de diálogo no qual se fala sobre os problemas humanos. E é o primeiro passo para resolvê-los. Não se resolve de antemão. A democracia não garante a resolução, mas garante a condição necessária para que esses problemas possam ser encaminhados.

Para ser mais ou menos coerente com o que disse, que estávamos com fome, termino, mas não sem antes fazer referência a algo que nos atormenta a todos, nos dias de hoje. É que isso que, no Brasil, se está vivendo, digamos, com naturalidade, que é esse clima de liberdade e o fato de compartilharmos esse sentimento do diálogo para fortalecer a democracia, não é geral no mundo. Infelizmente, estamos assistindo, neste exato momento, à imensa falta de diálogo em certas partes do mundo. O que nós estamos vendo agora, no Oriente Médio, clama pela construção da paz, clama pela construção do diálogo. Não podemos acreditar que a única maneira de impor uma ordem melhor seja pela violência, nem de um lado, nem de outro.

O terrorismo é o contrário da liberdade, é o contrário do diálogo. É inaceitável. Não há nada que justifique o terrorismo. Nada, nada. Mas tampouco se pode imaginar que se erradique o terrorismo apenas pelo uso da força. Não. É preciso uma força moral maior. É preciso que haja reconstrução de base na crença, entre os homens, da solidariedade, da dimensão que hoje existe, no mundo contemporâneo, da necessidade de solidariedade.

Aqui já foi dito: as empresas que querem prestar contas à sociedade do que fazem têm que se estender nas relações internacionais. Tem que existir um sentimento maior do *comunitas* e sentir que nós vivemos juntos.

Hoje, pela primeira vez, talvez, na História do homem, a idéia de humanidade pode existir, porque os meios de comunicação se tornaram a ágora – o local grego do contato, do convívio, que era a base da democracia universal –, na Internet, com tudo *on line*. Tudo isso permite, hoje, que exista uma participação universal. Existindo as condições materiais para isso, existindo a possibilidade, realmente, do engajamen-

to maior de todos, é preciso que essa força moral tenha maior guarida nas negociações internacionais. E nada mais dramático que nós permitirmos que a continuidade do que começou no Oriente Médio se estenda, sem que exista uma espécie de clamor coletivo para restabelecer um clima efetivo de respeito mútuo e de compreensão de que a força, em certas circunstâncias, ocorre, pode até ser justificável, mas não constrói os fundamentos da sociedade democrática e livre que nós todos desejamos.

Por sorte, aqui, no Brasil, com a ajuda dos comunicadores todos, de todos que aqui estão, nós estamos noutra toada. Estamos, realmente, vivendo um momento em que longe de nós, no que diz respeito à lei e à liberdade, há o apelo à violência. O que temos aqui é esse clima em que todos falamos a mesma linguagem: a da compreensão, a do amor, a do respeito e a do desejo de que todos, solidariamente, possam participar mais dessa sociedade que já, hoje, para alguns setores, é próspera, mas que tem condições de ser mais próspera para todos.

Muito obrigado.